

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.
A MAPFRE Administradora de Consórcios S.A. ("Administradora"), constituída em 17 de agosto de 2012, e autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 11 de outubro de 2012, tem como objetivo a

administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis, estando habilitada a operar desde 17 de dezembro de 2012.
No período de janeiro a maio, a administração mobilizou-se para estruturar a empresa para o início de suas operações, o que ocorreu em junho com a implantação dos primeiros grupos de consórcios de automóveis e de imóveis.
O prejuízo no exercício, previsto no Plano de Negócios da Sociedade, é reflexo dos custos pré-operacionais necessários para viabilizar o funcionamento da Sociedade.

A Administração prevê para o próximo exercício a consolidação dos processos operacionais e a ampliação gradativa dos negócios, em razão de diversas ações comerciais em curso.

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

| Ativo | Notas | 2013 | 2012 | Passivo | Notas | 2013 | 2012 |
|--------------------------------------|--------|---------------|--------------|------------------------------------|-------|---------------|--------------|
| Circulante | | 13.523 | 7.000 | Circulante | | 1.343 | — |
| Disponível | | 85 | 7.000 | Outras obrigações | | 1.343 | — |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 85 | 7.000 | Fiscais e previdenciárias | | 223 | — |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 13.285 | — | Diversas | 8 | 1.120 | — |
| Carteira própria | | 13.285 | — | Provisão para pagamentos a efetuar | | 831 | — |
| Outros créditos | | 153 | — | Credores diversos - País | | 289 | — |
| Diversos | 7 | 153 | — | Patrimônio líquido | 9 | 17.284 | 7.000 |
| Realizável a longo prazo | | 4.762 | — | Capital social | | 22.000 | 7.000 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 2.284 | — | Prejuízos acumulados | | (4.716) | — |
| Carteira própria | | 2.284 | — | | | | |
| Outros créditos | | 2.478 | — | | | | |
| Diversos | 10 (e) | 2.478 | — | | | | |
| Permanente | | 342 | — | | | | |
| Imobilizado | | 6 | — | | | | |
| Outras imobilizações | | 6 | — | | | | |
| (-) Depreciação | | — | — | | | | |
| Intangível | | 375 | — | | | | |
| Outros intangíveis | | 375 | — | | | | |
| (-) Amortização | | (39) | — | | | | |
| Total do ativo | | 18.627 | 7.000 | Total do passivo | | 18.627 | 7.000 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS - 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

| Ativo | 2013 | Passivo | 2013 |
|---|----------------|---|----------------|
| Circulante | 3.571 | Circulante | 3.571 |
| Disponibilidades | 136 | Outras obrigações | 3.571 |
| Depósitos bancários | 136 | Obrigações com consorciados | 1.787 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 1.629 | Valores a repassar | 32 |
| Aplicações financeiras | 1.629 | Obrigações por contemplações a entregar | 1.572 |
| Outros créditos | 1.806 | Recursos a devolver a consorciados | 55 |
| Direitos junto a consorciados contemplados | 1.806 | Recursos do grupo | 126 |
| Compensação | 168.367 | Compensação | 168.367 |
| Previsão mensal de recursos a receber de consorciados | 326 | Recursos mensais a receber de consorciados | 326 |
| Contribuições devidas ao grupo | 85.897 | Obrigações do grupo por contribuições | 85.897 |
| Valor dos bens ou serviços a contemplar | 82.145 | Bens ou serviços a contemplar - valor | 82.145 |
| Total do ativo e contas de compensação | 171.938 | Total do passivo e contas de compensação | 171.938 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

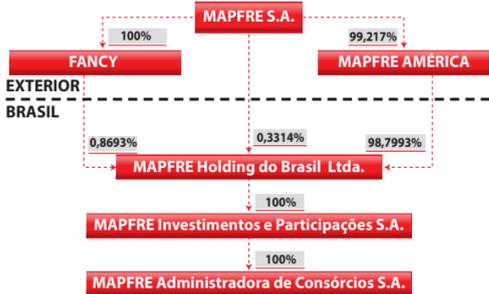
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Administradora de Consórcios S.A. (doravante denominada por "Administradora"), constituída em 17 de agosto de 2012 e autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 11 de outubro de 2012, tem como objetivo a administração de grupos de consórcios de bens móveis (veículos) e imóveis, iniciando suas atividades em 17 de dezembro de 2012.

Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas da administradora e resumidas por meio das demonstrações combinadas (denominadas consolidadas) dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Até 31 de dezembro de 2012, não foram feitas operações, bem como a Administradora não incorreu em quaisquer receitas ou despesas.

As operações da Administradora serão conduzidas de forma integrada com as Companhias que integram o sistema MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, com sede em Madrid, Espanha.

Em 31 de dezembro de 2013, a estrutura do Grupo é a seguinte:



2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN específicas para empresas administradoras de consórcio e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As cartas circulares nºs 3.147, 3.192 e 3.195 do Banco Central do Brasil, consolidam as diretrizes contábeis a serem utilizadas pelos grupos de consórcio, que incluem a preparação das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 21 de fevereiro de 2014.

b) Continuidade

A Administração considera que a Administradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

c) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Administradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Da Administradora

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, considerando as características dos ativos financeiros da Administradora, incluem dinheiro em caixa e depósito à vista em conta-corrente, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas - posição bancada com prazo original igual ou inferior a noventa dias entre a data de aquisição e vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente são avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para venda, após o reconhecimento inicial, são medidos pelo valor justo e, as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os títulos mantidos até o vencimento, não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e, vencimentos definidos para os quais a Administradora tem intenção e a capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros e a atualização monetária menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos ao resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

d) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administradora avalia os ativos, a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento, realizado anualmente, submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa. De acordo com a Resolução BACEN nº 3.566 de 29 de maio de 2008, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de impostos estimados descontados à data presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos.

e) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos são apresentados ao custo deduzido, quando aplicável, por provisão para ajuste ao valor de realização.

f) Imobilizado e intangível

É demonstrado pelo custo de aquisição ou avaliação, líquido das depreciações e amortizações acumuladas. As depreciações e amortizações são calculadas linearmente com base nas seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos - 10% e equipamento de informática - 20%, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na resolução nº 3.823 do Banco Central do Brasil e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) obedecendo aos seguintes critérios:
Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.
Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

h) Provisão para imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.
A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros.

O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, nos quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis.
i) Apuração de resultado
A taxa de administração é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas devidas pelos participantes dos grupos de consórcio. As comissões sobre as vendas de cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização das cotas.

3.2. Dos grupos de consórcio

a) Aplicações financeiras

As aplicações em cotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo para a data-base. Representam os recursos disponíveis, ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo.

b) Direitos com consorciados contemplados

Representam os valores a receber dos consorciados já contemplados, devidamente atualizados até a data do balanço. As cotas ajuizadas e em atraso são registradas pelo seu valor histórico.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Esta conta de compensação registra o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, correspondente ao fundo comum e ao fundo de reserva.

d) Contribuições devidas ao grupo

Esta conta de compensação registra a previsão de recebimento do fundo comum e do fundo de reserva até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens na data do balanço.

e) Valor dos bens a contemplar

Esta conta de compensação registra o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens na data do balanço.

f) Obrigações com consorciados

Registra as obrigações com os consorciados e possui a seguinte segregação quanto ao registro:

- Grupos em formação - São os valores recebidos antes da constituição formal do grupo, acrescido de rendimentos financeiros.
- Contribuições de consorciados não contemplados - são os valores recebidos dos consorciados não contemplados para a aquisição de bens, a título de fundo comum, as quais são atualizadas pela valorização dos bens.

g) Valores a repassar

São os valores recebidos e ainda não repassados a terceiros pelo grupo, relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, multas rescisórias e outros recursos.

h) Obrigações por contemplações a entregar

São os valores relativos aos créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das correspondentes remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Registra os valores dos recursos coletados a serem devolvidos a consorciados ativos por excessos de amortização; por ocasião do rateio para encerramento do grupo e aos consorciados desistentes ou excluídos, e pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzido das multas aplicadas.

j) Recursos do grupo

Referem-se aos recursos recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos no grupo, multa rescisória retida, atualização de direitos perante consorciados contemplados, e atualização das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

k) Taxa de administração

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição, de acordo com o valor do bem atualizado na data do pagamento.

l) Grupos de consórcio

| | 2013 | Autos nacionais | Imóveis |
|---|------|-----------------|---------|
| Quantidade de grupos administrados | 1 | — | — |
| Quantidade de consorciados ativos | 178 | 456 | — |
| Quantidade de consorciados quitados | — | — | — |
| Quantidade de consorciados desligados | 30 | 83 | — |
| Quantidade de bens entregues no exercício | 7 | — | — |
| Quantidade de bens a entregar | 7 | 10 | — |
| Quantidade de assembleias a realizar | 73 | 193 | — |
| Taxa de inadimplência | 6% | 2% | — |

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Administradora de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Administradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Administradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação colabora para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Administradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável.

O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Administradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, em consonância com os limites estabelecidos pela Resolução 3.308 do Banco Central do Brasil de agosto de 2005, através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Administradora saldar seus compromissos, quanto a dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.
Exposição ao risco de liquidez
O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos.
Gerenciamento do risco de liquidez
A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Administradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos.
d) Risco operacional
Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Gerenciamento do risco operacional

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. Dentro desse cenário, a Administradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional onde a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas.
Sensibilidade à taxa de juros
Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Administradora.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos-base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente a Administradora não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Desta forma, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível a variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatá-los antes do seu vencimento. Do total de R\$ 15.569, de ativos financeiros, incluindo as operações compromissadas, R\$ 2.637 foram extraídos da base da análise de sensibilidade por estarem classificados na categoria "Ativos financeiros mantidos até o vencimento". Desta forma a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 12.932.

| Impacto no patrimônio líquido/resultado | 2013 | 2012 |
|---|---------|------|
| Elevação da taxa de juros | (2.170) | — |
| Redução da taxa de juros | 2.170 | — |

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Refere-se ao saldo em conta do Banco Bradesco no valor de R\$ 85 (R\$ 7.000 em 2012) decorrentes das movimentações das atividades da Administradora.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O valor de mercado das cotas de investimento financeiro foi apurado com base nos valores das cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Administradora aplica seus recursos. A carteira da Administradora em 31 de dezembro de 2013 era assim composta:

| | 2013 | | | | | | |
|--|-------------|---------------|----------------|-------------------|----------------|------------------|----------------------------------|
| Títulos | 1 a 30 dias | 31 a 181 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | Valor contábil | Valor de mercado | Ganhos e (perdas) não realizados |
| Títulos disponíveis para negociação | 6.373 | 934 | 3 | 5.622 | 12.932 | 12.932 | — |
| Fundos exclusivos | — | — | — | — | — | — | — |
| Letras financeiras do tesouro (LFT) | — | 934 | — | 3.543 | 4.477 | 4.477 | — |
| Letras financeiras (LF) | — | | | | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

e) **Créditos tributários - prejuízo fiscal**

Conforme plano de negócio aprovado pela Diretoria no início das operações, o quadro abaixo demonstra a realização do crédito tributário proveniente do prejuízo fiscal.

| Base | Exercícios | | | | | | | |
|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|
| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Créditos do Prejuízo Fiscal | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 2.478 | 2.478 | 2.478 | 2.478 | 2.478 | 2.233 | 1.549 | 453 |
| Compensação | - | - | - | - | 245 | 684 | 1.096 | 453 |
| Saldo final | 2.478 | 2.478 | 2.478 | 2.478 | 2.233 | 1.549 | 453 | - |

11. **PARTES RELACIONADAS**

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/2009, do Conselho Monetário Nacional.

a) **Remuneração da Administração**

É estabelecida anualmente por meio da Assembleia Geral Ordinária o montante global anual da remuneração dos administradores, que é distribuída em reunião da Diretoria aos membros da própria Diretoria, conforme determina o Estatuto Social e estão sendo divulgados na demonstração financeira da

lider do Grupo, MAPFRE Previdência S.A. (antiga MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A.).

A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão contratual ou remuneração baseada em ações para sua Administração.

Dessa forma, não são efetuados pela Administradora empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, a membros da Diretoria e a seus familiares.

b) **Participação acionária**

Os membros da Diretoria da Administradora não possuem individualmente ou em conjunto participação acionária na Administradora em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Partes relacionadas

| | 2013 | |
|--|------------|--------------|
| | Passivos | Despesas |
| MAPFRE Brasil Participações S.A. | - | 43 |
| MAPFRE Capitalização S.A. | 58 | 191 |
| MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | 16 | 343 |
| MAPFRE Previdência S.A. (antiga MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A.) | 79 | 412 |
| MAPFRE Seguradora de Crédito a Exportação | - | 4 |
| Vera Cruz Consultoria e Administração de Fundos Ltda. | 78 | 891 |
| | 231 | 1.884 |

Os saldos de 2013 no passivo e despesas referem-se ao rateio de despesas administrativas compartilhadas.

12. **OUTRAS INFORMAÇÕES**

a) Em 31 de dezembro de 2013, a Administradora não possuía processos judiciais em andamento.

b) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Administradora não possuía instrumentos financeiros derivativos.

c) Medida provisória 627/2013

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a Administradora exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Administradora avaliou os potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Administradora aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

DIRETORIA

| | | | | |
|--|------------------------------------|--|---------------------------------------|---|
| Diretor Presidente WILSON TONETO | Diretor RENATO FERNANDES | Diretor BENTO APARICIO ZANZINI | Diretor ELÍSEO JOÃO VICIANA | Diretor EDUARDO SOARES DE FREITAS |
|--|------------------------------------|--|---------------------------------------|---|

| |
|---|
| Contador MÁRCIO VINCENZI JAGER CRC-1SP258226/O-1 |
|---|

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **MAPFRE Administradora de Consórcios S.A.** São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Administradora de Consórcios S.A. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Administradora de Consórcios S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2014



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6
Leandro Galkyz Uzzi de Oliveira
Contador CRC-1SP232769/O-1



**ESTAR ATENTO
ÀS SUAS
PREOCUPAÇÕES
E PLANOS PARA
O FUTURO É A
ATITUDE DE UMA
EMPRESA HUMANA
E GLOBAL
DE CONFIANÇA.**

Esses números mostram o trabalho da MAPFRE até hoje. E vamos continuar trabalhando para cuidar cada vez mais das pessoas.

FAMÍLIA FELICIDADE TRANQUILIDADE
FUTURO TRANSPARÊNCIA PROTEÇÃO FAMÍLIA
TRANQUILIDADE SEGUROS VIDA CONSÓRCIOS FUTURO
TRANQUILIDADE SEGUROS VIDA PROTEÇÃO
FAMÍLIA PROTEÇÃO
SEGUROS VIDA FUTURO PROTEÇÃO
PESSOAS FAMÍLIA TRANQUILIDADE VIDA FUTURO TRANSPARÊNCIA
PROTEÇÃO

PREVIDÊNCIA INVESTIMENTOS
FUTURO TRANSPARÊNCIA
VIDA RESGATÁVEL
SEGUROS FUTURO
TRANQUILIDADE
SEGUROS VIDA PROTEÇÃO
FAMÍLIA PROTEÇÃO

MAPFRE
A seguradora global de confiança.